

anos e equivalentes de caixa. O R\$ 93.390.046 em 31 de dezembro de 2021, objeto de notificação por parte da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (Infraestrutura 14.254/2021/PARCESP/DF RJ2 RFB, para que a Companhia possa a pagar parcelas mensais valor que viabilize a liquidação do parcelamento (REFIS) a credora da TJLP mensal até o ano de 2050. Tal procedimento do da RFB, consubstanciada no Parecer PGN/CFDA 1206/2013, sob a tese de ser passível a exclusão do REFIS em razão de pagamentos ínfimos insuficientes para amortizar o saldo de débitos no âmbito do parcelamento, resta, no momento, também emprezada pelo Superior Tribunal de Justiça com reiteradas e consolidadas decisões favoráveis ao canceler, por fim, considerando a ausência de qualquer fundamento para a manutenção do parcelamento, tendo em vista que, após 28 anos, condição em que o montante será gradativamente reduzido, tanto o principal como os juros (TJLP), a Companhia seguirá com os pagamentos até que possa encontrar uma possibilidade de liquidação em melhores condições. Cabe também registrar, que a Administração da Companhia tem ciência da Portaria PGN nº 14.402/2002, que trata da transação excepcional, que rege a regra, de parcelamento e de descontos sobre multas e encargos, situação que conforme já relatada anteriormente é prejudicial ao atual parcelamento. Outrossim, a pedido da Procuradoria da Fazenda Nacional, despachos publicados em 28/10/2020, pelas excusões fiscais estão suspensas pelo período do parcelamento. A dívida correspondente ao ICMS, inscrito em dívida ativa, também esteve suspensa pelo período de suspensão do parcelamento, tendo em vista o convênio ICMS 95/96, 96/96 e 96/96, que prevê a suspensão da cobrança dos respectivos vencimentos até os pagamentos das parcelas do parcelamento em vigor. A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, em fase de apuração do saldo residual remanescente. Quanto a parte remanescente do FGTS, de período anterior ao da atual gestão, até 89 a 94 – possível multa incidente sobre as verbas fundiárias pagas diretamente aos trabalhadores em sede de TRCT ou TRCT, segue processo judicial, Apelação com decisão unanime pelo TRF para o retorno à Primeira Instância, aguarda manifestação sobre Laudo Pericial recentemente juntado aos autos, como já informado em

relatos internos. c) **Riscos de perdas com base no valor líquido realizado nos estoques** - Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição e de produção. O custo de aquisição e produção foi acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e administração. Como a Companhia não possui uma política de venda de estoques, a avaliação dos seus produtos é o custo de reposição das matérias-primas e do padrão de produção. d) **Riscos Inflacionários e Cambiais** - A Companhia está sujeita aos riscos inflacionários e cambiais visto grande parte de seus insumos estarem atrelados à Variação Cambial e à inflação no LME - "London Metal Exchange", com impacto direto no CPV, em função da volatilidade dos mercados que podem ocasionar no regime inflacionário. e) **Riscos de Contingência Operacional** - A Companhia no momento não enxerga maiores riscos relacionados aos surtos de doenças e epidemias de saúde, notadamente aqueles oriundos da epidemia provocada pelo SARS-CoV-2 e suas variantes até agora identificadas. Porém, possivelmente novas situações que podem impactar num cenário de perspectiva de melhoras nas condições econômicas no Brasil podem desencadear, entre outras consequências: (i) um cenário negativo na demanda interna por materiais de construção; (ii) tornar mais difícil ou oneroso a obtenção de financiamento para as operações ou refinanciar a dívida no futuro; (iii) prejudicar a capacidade financeira de alguns clientes e fornecedores; e (iv) reatualizar o atual sistema de avaliação de riscos de natureza operacional, visto uma certa instabilidade na oferta de insumos e de matérias primas e de logísticas metálicas não ferrosas, salvo uma nova crise de ordem global.

No curto prazo, a Companhia não vê riscos de descaimento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, dos lucros auferidos em exercícios anteriores, da equalização do passivo - principalmente das obrigações relacionadas às rubricas de Empréstimos e Financiamentos. A Companhia não faz operações com fornecedores e os clientes na condição de risco sacado. Continuamos destacando a permanente insegurança Jurídica - preocupação contínua da Administração da Companhia: as normas legais alteradas constantemente afetam diretamente os resultados e as políticas comerciais, eis que, por exemplo, tanto a Hega como sua subsidiária, têm suas operações contempladas com benefícios fiscais relativos ao ICMS, sujeitos a revisões com cobranças exigências e comprovações. Enquanto alguns débitos encontram-se pendentes de decisão e de decisão judicial, utilizando exclusivamente recursos próprios, a Companhia continua autorizando e administrando o programa de Investimentos. No entanto, os riscos de natureza operacional, visto uma certa instabilidade no setor de Energia Elétrica no mercado livre para os anos de 2024, num cenário de melhor oferta, visto que o período de chuvas atenuando as expectativas projetadas com um PLD mais favorável. Oportunmo mencionar a prática da informalidade por uma parte significativa das empresas do setor de atuação da Companhia, resultando, por consequente, em concorrência altíssima desigual.

**Item 7. Avaliações Independentes:** Atendendo à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que no exercício encerrado em 31/12/2022, não foram contratados ou realizados pela R4 Auditoria Independente S/S, a prestação de qualquer outro serviço que não o de Auditoria das Demonstrações Financeiras. **8. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/04, a Diretoria da Companhia declara que, baseada em seus conhecimentos, reviu, avaliou e concorda com as opiniões expressas no relatório elaborado pela R4 Auditoria Independente S/S e com as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais refletem adequadamente todos os aspectos referentes e relevantes à posição para o exercício de 2023.

Nova Friburgo, 17 de março de 2023.

A Administração

José Luiz Abadilla - Diretor Presidente      Jorge Ceatano da Silva - Diretor

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	5.545.845	8.022.131	5.545.845	8.022.131
<b>Ajustes para conciliar resultado às disponibilidades geradas (aplicadas) pelas atividades operacionais</b>				
Depreciação	1.441.173	1.590.175	1.469.378	1.635.389
Lucro na venda/alienação de imobilizados	(242.478)	(10.800)	(242.478)	(10.800)
Juros e variação sobre empréstimo e parcelamento apropriados e não pagos	(674.766)	511.543	(674.766)	511.544
Equivalência Patrimonial	(8.398.432)	(5.609.403)	-	-
Repactuação de Passivo	(5.948.537)	(6.041.403)	(5.948.537)	(6.041.403)
<b>Variação ativos e passivos</b>				
Redução/Aumento em contas a receber	894.108	3.328.186	(584.541)	4.214.656
Redução/Aumento em estoques	578.704	(280.534)	582.138	(322.871)
Redução/Aumento em outros ativos circulantes	162.499	(304.142)	245.136	(389.398)
Redução/Aumento de ativos não circulantes	107.432	(104.606)	107.432	(104.606)
Redução/aumento em fornecedores	639.453	(1.008.733)	662.531	(1.034.915)
Aumento/Redução em impostos a recolher	(484.025)	(139.110)	(378.280)	(289.960)
Redução/Aumento em outras contas a pagar e provisões	(55.842)	(266.230)	(63.645)	(318.645)
Redução/Aumento em outros passivos não circulantes	-	-	(178.685)	(178.682)
Recebimento de Dividendos	5.642.242	5.313.680	-	-
<b>Disponibilidades líquidas (aplicadas) geradas pelas</b>				
	(702.642)	5.249.754	544.620	5.602.420

Atividades operacionais	(1.926.042)	3.318.124	341.130	3.926.232
Fluxo de caixa das atividades de Investimento				
Recebimento pela venda/alienação de imobilizados	321.000	68.000	392.100	68.000
Compras de Imobilizados	(2.018.015)	(1.682.719)	(213.405)	(1.682.719)
<b>Disponibilidade líquidas (aplicadas) geradas nas atividades de investimentos</b>	<b>90.185</b>	<b>(1.614.719)</b>	<b>88.595</b>	<b>(1.614.719)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos pagos	(43.353)	(22.619)	(43.353)	(22.619)
<b>Disponibilidade líquidas aplicadas em atividades de financiamento</b>	<b>(43.353)</b>	<b>(22.619)</b>	<b>(43.353)</b>	<b>(22.619)</b>
<b>Redução/aumento na variação do caixa</b>	<b>(745.810)</b>	<b>3.681.416</b>	<b>586.772</b>	<b>4.055.101</b>

Saldo no início do Exercício	27.455.612	23.774.196	37.608.167	33.553.066
Saldo no final do Exercício	26.709.802	27.455.612	38.194.939	37.608.167

As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
1.) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24.111.710	43.161.661	38.601.347	57.509.530
2.) Outras receitas	-	-	-	-
3.) Estimativa para perdas em créditos - Reversão/(Constituição)	-	-	-	-
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>24.111.710</b>	<b>43.161.661</b>	<b>38.601.347</b>	<b>57.509.530</b>
2.) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	14.755.250	23.507.954	18.972.222	29.386.432
2.2) Materiais: energia, serviços de terceiros e outros	3.901.183	5.218.037	4.887.340	7.047.483
<b>INSUMOS ADICIONAIS DE TERCEIROS (inclui os valores dos insumos JCM, JLI, PIS e COFINS)</b>	<b>18.656.433</b>	<b>23.625.931</b>	<b>23.559.562</b>	<b>36.433.914</b>

3 - VALOR ADICIONADO BRUTO(1-2)	5.455.277	13.835.670	15.041.785	21.075.615
---------------------------------	-----------	------------	------------	------------

5- DEPRECIAÇÃO	1.441.173	1.590.175	1.469.378	1.635.389
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3+4)	<u>4.014.104</u>	<u>12.245.495</u>	<u>13.572.407</u>	<u>19.440.226</u>
6-1) Resultado de Equivalência Patrimonial	8.398.432	5.609.403		
6-2) Recostas financeiras	2.886.006	1.508.589	3.950.400	1.882.640
6-3) Outras Recostas	6.478.532	6.499.820	6.482.376	6.510.867
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>17.762.970</u>	<u>13.617.812</u>	<u>10.432.776</u>	<u>8.393.507</u>
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	<u>21.777.074</u>	<u>25.863.307</u>	<u>24.005.183</u>	<u>27.833.733</u>
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO(*)				
8.1) Pessoal				
8.1.1- Remuneração direta	7.088.938	7.721.649	7.399.417	8.056.449
8.1.2- Benefícios	1.313.282	1.697.960	1.375.900	1.772.252
8.1.3 - F.G.T.S	719.161	629.255	739.666	653.871
	<u>9.121.381</u>	<u>10.048.864</u>	<u>9.514.983</u>	<u>10.482.572</u>
8.2) Impostos, taxas e contribuições				
8.2.1- Federais	5.366.431	5.101.848	6.320.109	5.973.367
8.2.2- Estaduais	1.650.676	2.579.363	2.455.137	3.172.402
8.2.3 - Municipais	70.331	61.552	76.728	67.329
	<u>7.087.438</u>	<u>7.742.763</u>	<u>8.851.974</u>	<u>9.213.098</u>
8.3) Remuneração de capitais de terceiros				
8.3.1- Juros	16.528	42.440	47.229	58.423
8.3.2 - Aluguéis	5.882	7.109	45.152	57.509
	<u>22.410</u>	<u>49.549</u>	<u>92.381</u>	<u>115.932</u>
8.4) Remuneração de Capitais Próprios				
8.4.1 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	5.545.845	8.022.131	5.545.845	8.022.131
	<u>5.545.845</u>	<u>8.022.131</u>	<u>5.545.845</u>	<u>8.022.131</u>
	<u>21.777.074</u>	<u>25.863.307</u>	<u>24.005.183</u>	<u>27.833.733</u>
As notas explicativas da administração fazem parte integrante das demonstrações contábeis.				
Consolidado				
Natureza	2022		2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388
Edifícios e construções	14.095.065	11.940.393	2.154.672	1.854.489
Equipamentos	22.962.602	18.470.283	4.492.319	5.200.507
Instalações	1.364.269	1.253.996	110.273	135.681
Móveis e utensílios	757.513	709.294	48.219	57.905
Equipamentos de processamento de dados	906.519	795.045	111.474	142.125
				Taxa de depreciação
				4%
				10%
				10%
				20%

Ferramentas e utensílios			173.911	202.377	
Técnicos	3.117.146	2.943.235			20%
Veículos	139.311	131.309	8.002	16.475	20%
Imobilizações em curso	453.975	-	453.975	1.258.781	-
	<u>44.953.788</u>	<u>36.243.555</u>	<u>8.710.233</u>	<u>10.025.728</u>	
Movimentação das adições, baixas e depreciação.					
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
Saldo no início do exercício	9.995.477	9.960.133	10.025.728	10.035.598	
Adições	211.815	1.682.719	213.405	1.682.719	
Baixas	(59.522)	(57.200)	(59.522)	(57.200)	
Depreciação	(1.441.173)	(1.590.175)	(1469.378)	(1.635.389)	
Saldo no fim do exercício	<u>8.706.597</u>	<u>9.995.477</u>	<u>8.710.233</u>	<u>10.025.728</u>	
A Companhia procedeu a sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos móveis do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. Avariação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Líquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos. Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.					
<b>NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:</b>					
	<b>Controladora e consolidado</b>		<b>2022</b>	<b>2021</b>	
Bancos Privados (a)			20.754.086	20.754.086	
Banco do Brasil S/A (b)			-	5.991.890	
			<u>20.754.086</u>	<u>26.745.976</u>	
Passivo circulante (parcelas de curto prazo)			20.754.086	20.776.705	
Passivo não circulante (parcelas de longo prazo)			-	5.969.271	
			<u>20.754.086</u>	<u>26.745.976</u>	
(a) empréstimos contratados com Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês. (b) Em 28 de dezembro de 2018 a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S.A. entabularam transação, evento objeto de publicação de Fato Relevante em 28 de dezembro de 2018, pela qual a Companhia prorrogoução pelo prazo de 60 (sessenta meses), retroativo a 31.10.2018, das parcelas vencidas representadas nas alíneas B e C da cláusula 3ª do aditivo ao acordo de 21.08.2009 assinado em 21 de novembro de 2011. Em 07 de dezembro de 2022, a Haga quitou a integralidade do saldo devedor, restando arquivado em definitivo os autos da Execução Extrajudicial nº 0000763.1990.8.19.0037/1990.037.016790-3). Tal evento impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 5.949 milhões. Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada. <b>NOTA 13 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:</b>					
	<b>Controladora</b>		<b>2022</b>	<b>2021</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	
ICMS/Parcelamento	1.575.623	-	1.575.623	1.572.961	
IR/PIS/COFINS/CSFFonte	51.118	-	51.118	539.447	
Outros	2.033	-	2.033	391	
ICMS/Parcelamento	<u>1.628.774</u>	<u>-</u>	<u>1.628.774</u>	<u>2.112.799</u>	
	<b>Consolidado</b>		<b>2022</b>	<b>2021</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	
ICMS/Parcelamento	1.631.686	-	1.631.686	1.770.067	
IR/PIS/COFINS/CSFFonte	388.781	89.341	478.122	898.346	
Outros	2.033	-	2.033	391	
ICMS/Parcelamento	<u>2.022.500</u>	<u>89.341</u>	<u>2.111.841</u>	<u>2.668.804</u>	
<b>NOTA 14 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS:</b> No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), visando regularizar seus débitos em atrasos relativos a tributos e contribuições sociais. O					

